

A provável polarização do cenário eleitoral

18/04/2006

Jornal DS – 18. Direita se articula para buscar espaço na opinião pública.

A disputa eleitoral no Brasil abre-se de maneira polarizada. A apresentação da candidatura do pólo conservador, capitaneado por PSDB e PFL, o desfecho da CPI dos Correios e a crise que levou à queda de Palocci são elementos que coexistem com recentes pesquisas de intenção de voto que apontam o favoritismo de Lula na disputa. Para efetivamente “dar a volta por cima” e vencer, a candidatura do PT precisa afirmar a sua vocação de transformar a vida social do país e construir a repactuação política com a ética pública.

A indicação de Geraldo Alckmin fortalece a tendência de polarização. A opção do PSDB deve ser entendida nos marcos da crise programática que o partido vivencia desde o segundo mandato de FHC. A preferência da cúpula do tucanato era por José Serra. Mas em um partido estatalizado (vale lembrar que o PSDB se formou a partir do exercício do governo federal, com Fernando Henrique Cardoso à frente), valeu a força daquele que detinha o controle da maior máquina de governo. Assim, Alckmin tem que reconstituir o caminho para uma maioria eleitoral em prazo curto e concentrado. Serra era o depositário da acumulação eleitoral e de conformação de coalizões políticas e sociais que o PSDB veio tentando construir desde as eleições de 2002.

Hoje, sob cerrado ataque, o PT precisa recuperar sua identidade político-programática e passar para a ofensiva, sem cair na tentação de reagir de forma ufanista às pesquisas de intenção de voto. Essas pesquisas mostram a existência de uma base popular do governo, mas esta pode ser comprometida caso o partido e o próprio governo permaneçam na defensiva.



O personagem

Alckmin é o candidato conservador que capitaliza o voto de direita, mas, para vencer, terá que construir pontes para o centro. Nome mais capaz de agrupar a força poderosa do grande capital, terá que bater Lula num vasto eleitorado de perfil mais pobre. Instalado no centro político e econômico do país, terá que se nacionalizar e vencer resistências de culturas políticas regionais avessas à identidade paulista. Mas entre as figuras de um Juscelino sem Brasília, de um Jânio sem vassoura na própria casa (foram 69 as CPIs sepultadas na Assembléia Legislativa de São Paulo), de um Lacerda sem brilho retórico acusatório, qual fantasma da galeria anti-popular da história republicana brasileira encarnaria Alckmin?

Em uma pesquisa encomendada em outubro de 2005, a revista Exame checkou a preferência de executivos de 231 companhias. Na votação espontânea, Alckmin obteve 40% dos votos contra 21% de Serra e 6% de Lula. Na estimulada, sem Serra, Alckmin obtém 84% dos votos contra 7% de Lula. O seu exercício de governo em São Paulo e a sua maior nitidez liberal-conservadora fazem de Alckmin o preferido do grande empresariado brasileiro.

Alckmin é o preferido dos mais ricos. Na primeira oportunidade depois de escolhido, disse que “a pátria são as famílias, a religião, os costumes, a tradição”. Essas são as credenciais e a força do principal adversário de Lula em 2006. Promete um governo mais liberalizante, mais privatista e com mais quebra de direitos sociais do que foram os dois mandatos de Fernando Henrique. Sem falar num realinhamento internacional sob a tutela estadunidense.

Confusão no centro

Soma-se a esse cenário o fato de que o Superior Tribunal Federal derrubou como inconstitucional a votação do Congresso Nacional que punha fim à exigência da verticalização nas coligações. Deve haver, pois, coerência entre a aliança nacional e as alianças estaduais feitas pelos partidos.

De imediato, essa decisão poria em risco a candidatura do PMDB. A decisão sobre ter candidato próprio ou não ficou para a convenção de junho. Entretanto, o pré-candidato Anthony Garotinho vem ganhando as partidas preliminares. Mantém-se candidato com muita projeção nos programas de rádio e TV a que seu partido tem direito. As últimas pesquisas, indicando empate técnico entre Alckmin e Garotinho, favorecem a perspectiva da candidatura própria. Mas o que os governadores do PMDB e outras lideranças regionais preferem é manter os seus espaços de poder nos estados. O partido cindido não se coligaria na aliança presidencial, ficando “livre” para diferentes composições estaduais.

O PMDB é um grande partido (maior bancada no Senado, segunda na Câmara dos Deputados, governa oito estados), mas desde o governo Collor, vive esfacelado. Configura-se cada vez mais como um conglomerado nacional assentado em interesses regionais. Uma candidatura própria do PMDB ajudaria o fortalecimento das instituições democráticas, incluindo aí os partidos políticos nacionais.

De qualquer forma, o destaque obtido por Garotinho nas últimas pesquisas mostra que há espaço para crescimento da oposição no que se refere ao que o governo deixou de corresponder às expectativas populares abertas com a eleição de Lula.

Romper com o paradigma neoliberal e erguer uma nação democrática, justa e soberana é tarefa da esquerda. A direita, capitaneada por Alckmin, propõe retrocesso e mais liberalismo. O centro novamente se dilacera, sem identidade, afundado em conflitos internos e sem perspectiva.

Cabe ao PT se colocar como o principal agente para recompor os laços do movimento democrático e popular e construir uma aliança política e social para efetivar a transição. Uma aliança com os partidos de esquerda, os movimentos sociais e todos aqueles e aquelas que lutam por uma nação democrática, pela ampliação de direitos, pelo crescimento econômico com distribuição de renda, na qual o protagonismo popular seja o elemento fundamental para a construção do futuro do país.

Leia ainda:

– **Indicar um novo momento [Link Indisponível]**

Compartilhe nas redes: